



V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA
SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS
CONTEMPORÂNEOS
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL

MOVIMENTOS SOCIAIS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

**PVNC: ação transformadora do movimento social em prol
da igualdade ao acesso a universidade**

Reinaldo da Silva Guimarães¹

Luciene Gustavo Silva²

Resumo. Este artigo propõe realçar a importância das ações dos movimentos sociais pelas demandas coletivas dos indivíduos da população negra por políticas públicas e sociais, especialmente no âmbito da educação. O foco está na importância das ações do movimento social negro como estratégia para inclusão social dos jovens negros nas universidades brasileiras, com específicas ações afirmativas. Nesta reflexão, destacamos o Movimento Social Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC) que, através de suas ações procura ampliar a democratização da educação, como um direito, visando ampliar a cidadania para a população negra e como processo de fomento da Afrocidadanização.

Palavras-chave: Educação; Movimentos Sociais; PVNC; Ações Afirmativas; Afrocidadanização.

Abstract: This article proposes to highlight the importance of the actions of social movements for the collective demands of individuals from the black population for public and social policies, especially in the field of education. The focus is on the importance of the actions of the black social movement as a strategy for the social inclusion of young black people in Brazilian universities, with specific affirmative actions. In this reflections, we highlight the Pre-University Social Movement for Black and Needy People (PVNC) which, through its actions, seeks to expand the democratization of education, as a right, aiming to expand citizenship for the black population and as a process of promoting Africanization.

Keywords: Education; Social Movements; PVNC; Affirmative Actions; Africanization.

¹ Doutor em Serviço Social pela PUC-Rio; Mestre em Sociologia pelo IUPERJ; Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pela PUC-Rio. Professor Adjunto 1 na Universidade de Vassouras; Professor da Secretaria do Estado de Educação do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: reinaldoguimaraes_ser@yahoo.com.br; <http://lattes.cnpq.br/0847213852963062>

² Assistente Social, discente da Especialização em Ensino de Culturas e Histórias Africanas e Afro-brasileiras no IFRJ/Campus São Gonçalo. Pós-graduada em Serviço Social - PUC-Rio; e-mail: lucienegustavo.seso2015@gmail.com; <http://lattes.cnpq.br/3074567202026864>.



1. INTRODUÇÃO

A década de 1990 imprimiu no contexto sociocultural brasileiro uma importante inflexão ao debate sobre as formas de combate às desigualdades raciais como ao próprio questionamento do mito da democracia racial. A busca por soluções para essas questões mobilizou os movimentos sociais e entidades civis, com a finalidade de se implementar políticas públicas e sociais que viessem tornar realidade a igualdade de condições. Este debate foi inspirado, sobretudo, pelo princípio de que a negação de oportunidades para os indivíduos que historicamente sofreram com a desigualdade social e racial deveria enfaticamente ser combatida.

A emergência de novas formas de identificação individual e especificamente as formações coletivas que se manifestam na modernidade como negros, mulheres, povos indígenas, ecologia, movimentos religiosos, atribuem importante inflexão aos movimentos sociais e intelectuais de contestação política e cultural, como também, determina a afirmação da pluralidade de esferas públicas e dos direitos dos grupos historicamente excluídos social e culturalmente.

O reconhecimento efetivo de identidades historicamente excluídas e a consequente busca por políticas públicas não-universalistas, que procuram beneficiar os segmentos sociais subalternizados e invisibilizados, revela que o critério de justiça a ser alcançado - no sentido de atribuir oportunidades iguais de ponto de partida à todos indivíduos e grupos - é aquele em que as diferenças deixem de ser impedimento para a distribuição dos bens socialmente escassos. Em função deste fato, surgiram diferentes movimentos sociais, como por exemplo, os Movimentos de Consciência Negra, os Movimentos Feministas, o Movimento dos "Sem Terra" entre outros, que privilegiam tanto o reconhecimento como a valorização mais efetivas das respectivas identidades culturais, e de suas particularidades e contribuições específicas à construção social.

Desse modo, nosso foco está na importância das ações do movimento social negro no campo da educação como estratégia para inclusão social dos jovens negros nas universidades brasileiras, com específicas ações afirmativas, tendo em vista que, nestes espaços se configuram as diferentes relações sociais do poder, do ser e do saber. Neste processo, destacamos a atuação do Movimento Social Pré-vestibular para Negros e Carentes (PVNC), como um importante movimento que articula as demandas por educação entre a Sociedade Civil e o Estado.

O PVNC é, em caráter geral, um movimento de luta contra qualquer forma de racismo e exclusão e, em caráter específico, uma frente de denúncia, de questionamento e luta pela melhoria e democratização da educação, através da defesa



do ensino público e de qualidade em seus níveis fundamental, médio e superior nos âmbitos municipal, estadual e federal.³

Dessa forma, com este trabalho, pretendemos realçar a importância política, social e cultural que este movimento social possui para a subjetividade do seu público alvo na realização de sua demanda coletiva, como também, realçar a dimensão afirmativa de suas ações na construção da cidadania. Nesse caso, as demandas coletivas são associadas às demandas por identidades que são construídas em uma relação intersubjetiva, presumindo abrir novos espaços de intercâmbio e diálogo, onde o sujeito forma sua vontade discursivamente.

Esta supõe a relação entre identidade e diferença. Esta reflexão tem em conta considerar o Pré-Vestibular para Negros e Carentes como um movimento social contemporâneo, dado que em sua específica atividade aglutina grupos ambivalentes como raça e gênero e que procura, através de sua conduta, produzir um tipo de ação social transformadora que, como veremos no decorrer do trabalho, requer uma mudança na estrutura da sociedade tanto em sua dimensão econômica como na cultural valorativa.

2. DA ALIENAÇÃO PARA EMANCIPAÇÃO POR MEIO DA EDUCAÇÃO

Em face da relevância voltada para a emancipação da juventude negra, considera-se a importância de compreender o quanto seja considerável a abordagem do capital cultural atribuído no âmbito da educação escolar, que por meio desta, seria possível viabilizar com rompimento da alienação⁴ intelectual, social, econômica e cultural dos indivíduos da raça negra. O conceito de capital cultural abordado por Bourdieu (2005) possibilita a refletir sobre a sociedade e a estrutura social na qual estamos inseridos, onde o capital exerce hegemonia sobre os sujeitos que para Ele, “a estrutura social permite a distribuição de diferentes tipos e subtipos de capital, em dado momento, no tempo, no espaço, como representativa da estrutura do mundo social” (apud GUIMARÃES, 2013, p. 75).

³ PVNC, 1999.

⁴ A alienação se caracteriza, portanto, pela extensão universal da “vendabilidade” (isto é, a transformação de tudo em mercadoria); pela conversão dos seres humanos em ‘coisas’, de modo que possam aparecer como mercadorias no mercado (em outras palavras, a reificação das relações humanas); e pela fragmentação do corpo social em ‘indivíduos isolados’ (vereinzelte Einzelnen), que visam aos seus objetivos limitados, particularistas, ‘em servidão à necessidade egoísta’, fazendo de seu egoísmo uma virtude em seu culto de privacidade (Mészáros, 1981 apud OLIVEIRA, 2011, p. 15-16).



A palavra capital para Bourdieu (2005, *ibid*, p.83) tem uma concepção marxista, no qual este termo não compreende apenas o acúmulo de bens e riquezas econômicas, mas que, o capital cultural se faz presente nos saberes adquiridos através dos títulos e principalmente nas relações sociais. E assim, pode-se perceber que as desigualdades não perpassam apenas pelo viés econômico, mas também pelo viés social por meio do déficit do capital cultural.

Para Bourdieu (2005) o capital pode ocorrer de três maneiras fundamentais:

o capital econômico, que é imediata e diretamente convertido em dinheiro e pode ser institucionalizado na forma de direito de propriedade; como capital cultural, que é convertido, em certas condições, em capital econômico e pode ser institucionalizado na forma de qualificação educacional; com capital social, produzindo obrigações sociais, sendo convertido sob certas condições em capital econômico e podendo ser institucionalizado na forma de títulos nobiliárquicos⁵ (*ibid.*, p.83).

Como instrumento analítico, o conceito de capital cultural desenvolvido por Bourdieu (1992, 2005) visa explicar que:

A desigualdade e o desempenho escolar de crianças oriundas de diferentes classes sociais, procurando relacionar o sucesso escolar com a distribuição desse capital específico entre as classes ou frações de classe. Com isso, ele rompe tanto com a visão de senso comum, que considera o sucesso ou fracasso escolar fruto de “aptidões”, quanto com as teorias do capital humano (*ibid.*, p.83).

Segundo o autor o capital cultural se faz também como um elemento constituinte do ambiente social e familiar, nos quais favoreceriam e facilitariam ao aprendizado e no desempenho escolar. Este poderia ser constituído sob três formas: na forma de “estado objetivado” por meio de bens culturais; na forma de “estado institucionalizado” que seria obtido através de títulos, diplomas e certificados; e na forma de “estado incorporado” que estaria voltado ao corpo e a assimilação decorrente de um trabalho que ocorreria de forma pessoal como um *habitus* familiar ou de classe social, presente nos ambientes onde os sujeitos poderiam adquiri-lo conforme as percepções e ações sociais, dispostos nas dimensões corporal, cultural, simbólica, entre outras, desta forma, o *habitus* seria o conceito que viabiliza articular o indivíduo e o social.

Entretanto, para Vasconcelos (2002) o *habitus* refere-se:

uma matriz, determinada pela oposição social do indivíduo que lhe permite pensar, ver e agir nas mais variadas situações. O *habitus* traduz, dessa forma, estilos de vida, julgamentos políticos, morais, estéticos. Ele é também um meio de ação que permite criar ou desenvolver estratégias individuais ou coletivas (VASCONCELOS, 2002, p. 79).

E assim, a partir do *habitus* seria possível compreender as relações sociais e familiares, onde o conhecimento e as referências do capital cultural poderiam facilitar o aprendizado e proporcionar a articulação entre o mundo familiar e o universo cultural da

⁵ Refere-se a caráter de nobreza.



educação. Ambas favoreceriam ao êxito escolar e a transformação por meio cultural do ter, e tornar-se-ia, o ser como parte integrante da “pessoa” que neste contexto corresponde à juventude negra.

A instituição educacional compõe um dos aparelhos⁶ ideológicos do Estado, e sendo um equipamento que se propõe a formar os indivíduos, a formação aconteceria conforme os segmentos da ideologia socialmente e previamente definida no sistema capitalista, tanto na esfera pública sendo controlada pelo Estado, como na esfera privada sendo mantida pelos detentores do capital econômico.

Karl Marx (1867) relata que “na sociedade capitalista de classe, o Estado representa a classe dos capitalistas, que é a classe dominante, a qual age conforme seus interesses” (apud BALIEIRO, 2014, p. 66). A classe detentora do capital controla o Estado como estratégia para dominar a sociedade conforme lhes convém determinando valores como a democracia, nas convenções sociais, políticas, religiosas e educacionais. A partir destas formas de manter a hegemonia do poder e para endossar a manutenção do *status* e dos seus privilégios, a classe dominante dita à direção intelectual que a sociedade deva seguir.

Conforme o pensamento de Marx (1966),

[...]. A classe que dispõe dos meios de produção material, ao mesmo tempo, dos meios de produção intelectual, se bem que, estando estes contidos naqueles, as ideias dos que não dispõem dos meios de produção intelectual ficam, ao mesmo tempo, subordinados a essa classe dominante. As ideias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes apreendidas sob a forma de ideias e, portanto, a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante (apud ALMEIDA; CHICARINO; DIÉGUEZ, 2017, p. 115).

Para os autores citados acima falar das formas de dominação e como elas funcionam pelos detentores do poder, seria perpetuar este sistema de dominação. O autor considera que essas formas de falar como um problema, porque, muito se ensina de maneira naturalizada sobre a submissão e pouco se ensina de como pôr um fim a ela. Seguindo o pensamento do autor, a dominação política, impede a autonomia dos indivíduos no sistema capitalista. Porém, a emancipação política estaria relacionada de maneira direta com a emancipação dos homens no viés econômico, social e cultural.

3. MOVIMENTOS SOCIAIS E A IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

⁶ “Organismos relativamente autônomos em face do estado em sentido estrito, como a imprensa, os partidos políticos, os sindicatos, as associações, os movimentos sociais, as escolas e a igreja”



As reflexões abordadas no campo da educação como um direito social e, assim como um espaço passível da promoção da emancipação social, reflete os avanços conquistados pelos movimentos sociais. As diversas variações que perpassaram no contexto histórico, social, político, econômico e cultural no que tange a população negra após a abolição da escravatura em 1888, e com a Proclamação da República em 1889, Os negros eram vistos pela sociedade apenas como um ex-escravizado ou um liberto.

Mediante ao fato da exclusão social o Movimento Negro – “entendido como sujeito político produtor e produto de experiências sociais diversas que ressignificam a questão étnico-racial em nossa história, é reconhecido, nesse estudo, como sujeito de conhecimento” (GOMES, 2017, p. 28) ansiava que os negros passassem a ser considerado como um cidadão e que, pudessem vivenciar uma cidadania. Este movimento tinha como principal reivindicação a educação, devido às dificuldades de serem inseridos no mercado de trabalho proveniente do analfabetismo e nas escolas oficiais públicas e privadas.

A atuação do movimento social negro no contexto sociocultural brasileiro se configura como importante ação no processo de pressão social junto ao Estado para democratizar a agenda e ampliar o campo da educação como direito social e como espaço possível de promover a emancipação social. Em busca de romper com analfabetismo o movimento negro teve o auxílio do Movimento Frente Negra – compunham a imprensa negra, juntos articulavam a emancipação da população negra e tinham como proposta integrar os negros na vida social, cultural e política, assim, seria possível romper com inferioridade intelectual.

Cabe ressaltar que, na Constituição Federal de 1824 a 1891, não possibilitava o acesso dos negros africanos nas escolas, apenas os nascidos livres no Brasil, porém, ditava a educação como um direito de todos os cidadãos que tivessem posses e rendimentos.

Ao longo da história, a escola foi considerada como um espaço pertencente a uma determinada classe social hegemônica, onde os saberes culturais e a linguagem eram repassados para classe dominante, com condições econômicas favorecidas e conseqüentemente seriam os detentores do capital cultural. Neste compasso, durante a década de 1990, a discussão sobre o acesso de negros nas universidades foi intensificada, em virtude da ampliação do debate em torno da possibilidade efetiva da implementação das políticas de ação afirmativa na sociedade brasileira.

Esta política é considera um instrumento específico, capaz de efetivar a inédita presença nas universidades brasileiras de segmentos sociais até então ausentes desse espaço de construção da cidadania. Na virada do século, estas estratégias ganharam destaque e visibilidade em todo o país, tornando-se uma referência nacional nas lutas



pela democratização da educação e pela redução das desigualdades étnicas e raciais, como expressão ampla da luta pela transformação dos privilégios da cidadania e para o fomento da Afrocidadanização.

As ações afirmativas são um conjunto de estratégias políticas destinadas à redução das desigualdades sociais, seja na educação, no mercado de trabalho, na saúde, na assistência social e entre outros setores, buscando favorecer os grupos sociais que são discriminados socialmente. Contudo, se faz necessário compreender que esta política implementada pelos governantes, permeia em um campo de possíveis ameaças por ser administrada pela sociabilidade burguesa no bojo neoliberal.

O objetivo principal das políticas de ação afirmativa seria oportunizar as igualdades sociais, no que possibilitaria superar as consequências econômicas, sociais e psicológicas ocasionadas historicamente pela discriminação social e o racismo, e fomentaria a oportunidade de inclusão, para que, a população negra que padece da discriminação social e racial conseguisse se inserir de forma democrática na sociedade capitalista.

Neste momento, teremos como foco a importância da ação afirmativa na educação como estratégia para inclusão social dos jovens negros e desconstruir o mito da democracia tendo em vista que, nestes espaços se configuram as diferentes relações sociais do poder, do ser e do saber. Vinagre (2009) define que “as políticas de ação afirmativa têm como objetivo a garantia de grupos socialmente em situação desigual e desvantagem histórica” (apud CFESS, 2016, p. 15).

Mediante as diversas variações no contexto sócio histórico da sociedade brasileira, em meio às injustiças sociais e as desigualdades sociais e raciais foi implementada as políticas públicas e sociais que visam reparar, reconhecer e valorizar as pessoas negras. Com intuito de dar visibilidade e inserir os jovens negros nos espaços educacionais universitários, foi promulgada o Decreto-Lei nº 12.711/12 – Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, e estabelece à reserva de vagas por meio das cotas a presença dos indivíduos negros, pardos e indígena por meio da autodeclararão.

As cotas foram configuradas por um processo político para reparar as segregações das desigualdades sociais que assola um determinado grupo social que historicamente padece da discriminação racial conforme os dados estatísticos sociais apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2019, ao demonstrar que “entre a população preta ou parda de 18 a 24 anos que estudava, o percentual cursando ensino superior aumentou de 2016 (50,5%) para 2018 (55,6%), mas ainda ficou abaixo do percentual de brancos da mesma faixa etária (78,8%)”.



Para que haja autodeclaração as pessoas precisam se reconhecer como negros, pardos ou indígenas. Castells (2008) esclarece que a construção da identidade se faz construída socialmente conforme as relações de poder. O contexto social o qual os indivíduos estejam inseridos, os possibilitaria articular com uma diversidade de referências, onde os relacionamentos norteiam o agir consigo mesmo e com o mundo.

Para explicar a dimensão que abarca o reconhecimento de identidade, o autor propõe a construção da identidade que pode ocorrer de três formas: a identidade legitimadora que tem como objetivo difundir e racionalizar a ideologia instituída pela ideologia dominante em relação aos atores sociais, essa identidade origina a sociedade civil “Na concepção de Gramsci, a sociedade civil é constituída de uma série de “aparatos”, [...] que, por um lado prolongam a dinâmica do Estado, por outro estão profundamente arraigados entre as pessoas” (CASTELLS, 2008, p. 24)

A segunda forma da construção seria através da Identidade de projeto: os atores sociais coletivos que constroem uma nova identidade e que produz sujeitos a partir de um material cultural, e assim reorientam o seu lugar na sociedade e buscam uma forma de transformar a estrutura social; e o terceiro tipo que descreve a Identidade de resistência: onde os atores são alvos do estigma e da desvalorização segundo a lógica dos dominantes, formam comunidades e constroem trincheiras de resistências. Segundo Nascimento (2003, p. 40), esta forma de construção “talvez o tipo mais importante de construção de sociedade em nossa sociedade”.

As ações afirmativas se apresentam como instrumentos específicos para o estabelecimento de maior igualdade substantiva, seja através de cotas ou de qualquer outro instrumento de aplicação, têm se mostrado um instrumento de combate à discriminação e a consequente ampliação do leque de igualdade de oportunidades que conduz os indivíduos ao caminho da cidadania.

Como podemos constatar na atualidade, a implementação de políticas de ação afirmativa na sociedade brasileira, possibilita, a existência e ampliação do acesso à educação para a população negra e, conseqüentemente o fomento da Afrocidadanização.

Democratizar o acesso na educação superior dos indivíduos negros seria uma tentativa de garantir os direitos sociais e desta forma, possibilitaria romper com a alienação e hierarquização da cultura e promover a emancipação da juventude negra, porém, o não reconhecimento de uma identidade de resistência não viabiliza a Afrocidadanização, e assim, reforçaria a existência do mito da democracia racial e conseqüentemente a subalternidade e a exclusão social da juventude negra.

Para Guimarães (2013) Afrocidadanização representa maneiras de transformar as condições históricas vividas pelos indivíduos da população negra na sociedade



brasileira, como alternativa ao que tem sido entendido como o mito da democracia racial brasileira. Ele pretende dar concretude, incorporar empiricamente, as conquistas de todos os direitos significativos e pertinentes aos indivíduos em uma sociedade democrática e justa. Ou seja, é concebido aqui como a realização efetiva da cidadania plena para os indivíduos da população negra, historicamente subalternizados em nossa sociedade.

A concretude da Afrocidadanização representa e abarca diversos referenciais: o reconhecimento da identidade racial como positiva; o reconhecimento do protagonismo da população negra como fundadora e construtora da sociedade brasileira; o direito a igualdade e a liberdade; o direito a diferença; o direito a disputar os benefícios sociais em igualdade de oportunidades e de condições, ou seja, a “afrocidadanização” seria a realização de uma verdadeira “democracia racial”, uma equidade social na qual todos os indivíduos da população negra, sejam contemplados e plenamente estabelecidos na sociedade brasileira.

4. PVNC: AÇÃO COMUNITÁRIA SOCIETÁRIA E IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

O Movimento Social Pré-Vestibular Para Negros e Carentes (PVNC), começa sua história no salão Quilombo da Igreja Matriz de São João de Meriti, Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, em julho de 1993. A ideia de organização de um Curso Pré-Vestibular para estudantes negros nasceu a partir das reflexões da pastoral do negro, em São Paulo, entre 1989 e 1992. Nesse período e com o resultado concreto dessas reflexões, a PUC-SP, através do Cardeal Arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns, concedeu 200 bolsas de estudos para estudantes participantes de Movimentos Negros Populares. O PVNC teve também como modelo três experiências similares de pré-vestibular: a Cooperativa Educacional Steve Biko, em Salvador, Bahia; o SINTUFRJ (Sindicato dos Funcionários da UFRJ) e o Mangueira Vestibulares, ambos no Rio.

As discussões e articulações para a organização do primeiro núcleo de Pré-Vestibular para Negros, na baixada fluminense, iniciaram-se no final de 1992, tendo como primeiro objetivo a capacitação para o exame vestibular da PUC-SP e das universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro. Este núcleo foi concebido e organizado por David Raimundo dos Santos, Alexandre do Nascimento, Antônio Dourado e Luciano Santana Dias, eles contataram os professores e conseguiram duas salas de aula no Colégio Fluminense, realizando o trabalho de divulgação e reuniões com os primeiros alunos interessados. Com isso, possibilitaram, em cinco de julho de



1993, a fundação do Curso Pré-Vestibular para Negros e Carentes na Igreja Matriz de São João de Meriti, com uma aula inaugural.

O nome, Pré-Vestibular Para Negros e Carentes (PVNC), foi escolhido em função da necessidade de ratificação da questão racial no Brasil e, sobretudo, na Baixada Fluminense, onde a qualidade do ensino médio é ínfima e, de acordo com o senso do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 1991, a população afrodescendente no Brasil é de 44%, porém, na pesquisa do IBGE verificou-se que o perfil dos estudantes universitários englobava apenas 1,7% dos negros e negras.

Na versão de sua carta de princípios de 1999, o ano de 1994 é destacado como o ano mais importante para o PVNC em termos de sua estrutura de rede de solidariedade, nesse ano o PVNC começou a se constituir como um Movimento Social de Educação Popular que, dessa forma, passou a ser reconhecido em âmbito nacional. Uma das principais ações práticas do PVNC foi o estabelecimento de importante parceria com a PUC-Rio, através da Pastoral do Negro, com os cursos de pré-vestibulares comunitários e populares em rede, especialmente com o Movimento Social Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), concedendo-lhes bolsa de estudos integrais e não-reembolsáveis para os alunos aprovados regularmente em seu vestibular, por intermédio do seu Programa de Bolsa de Ação Social.

Esta parceria transformou significativamente a vida dos indivíduos da população negra, demonstrando a importância das ações afirmativas. Desse modo, a revolução silenciosa que as ações afirmativas puseram em marcha na última década do século XX no Brasil, possibilitaram vislumbrar um processo de transformação das desiguais relações sociais e raciais brasileiras. De fato, olhando para as atuais⁷ condições materiais de existência dos indivíduos beneficiários dessas ações, podemos vislumbrar a possibilidade de termos uma sociedade racialmente mais justa. A partir deste olhar constatamos como a agência e atuação do PVNC foram significativas para garantir a presença da população negra no ensino superior e como esta mesma agência foi importante para que a PUC-Rio iniciasse o seu pioneiro programa de ações afirmativas no Brasil.

Para o primeiro curso foram feitas cerca de 200 inscrições. Dos inscritos, 100 alunos começaram a estudar em duas turmas. Com o tempo, alguns saíram, e outros entraram durante o período de realização do curso (de julho a novembro). A entidade encerrou suas atividades em novembro, com 50 alunos. Desses alunos 34% foram aprovados (uma aluna para a UFF-Niterói, um aluno para a UFF-Baixada, uma aluna para a UERJ e quatro alunos para a PUC-Rio).

⁷ Ver Guimarães, 2013.



Assim, o movimento criou as condições necessárias para que os estudantes discriminados, por etnia, gênero ou situação socioeconômica, concorressem nos vestibulares das universidades públicas, em condições concretas de aprovação e inclusão no ensino superior. O movimento é regido por uma Carta de Princípios, que sistematiza as deliberações aprovadas no conjunto do movimento e orienta suas atividades, princípios filosóficos, pedagógicos, perfis de alunos, de professores e coordenadores, além de normatizar o funcionamento dos núcleos. Por núcleos entende-se a denominação utilizada pelo PVNC para identificar os grupos que se reúnem para ministrar os cursos.

Segue alguns pontos significativos da proposta de atuação do PVNC, contidos em sua Carta de Princípios:

- Um conceito de democracia como forma de relacionamento social que incorpore igualdade de oportunidades, garantia de vida digna (trabalho com salário justo, cuidados com a saúde, educação, previdência, moradia, terra, acesso à produção cultural), participação popular nas deliberações políticas, liberdade de expressão e respeito as diferenças e diversidades étnico-culturais. Vale ressaltar que para o PVNC, a democracia, para ser plena, deve ser também uma democracia étnica;

- Um conceito Ação Afirmativa como ação coletiva de afirmação de identidades e como luta por relações econômicas, políticas sociais e culturais democráticas. Trata-se de uma concepção de ação afirmativa que vai além da instituição de políticas públicas direcionadas a um determinado grupo social;

- Um conceito de educação como processo de formação de competência técnica e competência política, no sentido da autonomia e da emancipação humana.

- Uma crença de que a Educação, como prática de formação emancipação humana, tem um papel importante na superação do racismo, da discriminação de gênero, da discriminação cultural e, de forma geral, das desigualdades sociais, ou seja, atribuir às questões da diferença cultural e da desigualdade social um papel central na prática pedagógica;

Dessa forma, o PVNC se apresenta como um movimento de educação popular, laico e apartidário, destinado às pessoas de camadas populares e, em geral, negros(as), com a intenção de capacitá-los para o vestibular. Com o ensino do Pré-Vestibular e outras ações, o PVNC se define em caráter geral como um movimento de luta contra qualquer forma de racismo e exclusão e, em caráter específico, uma frente de denúncia, questionamento e luta pela melhoria e democratização da educação, através da defesa do ensino público, gratuito e de qualidade, que seja também pluriétnico e multicultural em seus níveis fundamental, médio e superior, nos âmbitos municipal, estadual e federal.



4.1 - PVNC e a Disciplina Cultura e Cidadania

Além de sua atribuição educacional específica, a de criar as necessárias condições para o acesso ao ensino superior dos estudantes economicamente desfavorecidos, ministrando as diversas matérias propedêuticas exigidas no vestibular, o Pré-vestibular para Negros e Carentes oferece uma disciplina que de certa forma lhe concede um caráter diferenciador em relação aos demais pré-vestibulares, a saber, a Disciplina Cultura e Cidadania.

A Disciplina Cultura e Cidadania desde o primeiro momento em que foi ministrada tem se revelado condição basilar para própria continuidade do PVNC como movimento social. Sua presença na grade curricular determina a condição *sui generis* do movimento. Por conta desse fato, a disciplina se mostra como elemento definidor da condição de ser de um curso pré-vestibular, ou seja, a presença desta disciplina na grade curricular determina se um curso preparatório para universidade é ou não um tipo de curso voltado para as camadas populares, o que, de certa forma, lhe garante alguns benefícios, como a automática isenção na inscrição para o vestibular das universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro para os alunos que lhe são oriundos.

No âmbito da disciplina, a categoria "Cidadania" é entendida em seu sentido amplo e atual, como vimos acima, como englobando além dos direitos civis e políticos, também o direito a educação e a própria existência. Por sua vez, "Cultura" é entendida em sentido cujo significado expressa o estabelecimento de uma cultura democrática que relaciona interesse e ação coletiva configurando-se como virtude cívica.

Por este ângulo podemos entender, segundo a teoria pedagógica de Paulo Freire (1982), a qual nos servirá de arcabouço teórico para que possamos pensar qual a finalidade da inclusão desta disciplina em um curso pré-vestibular, que em uma relação educacional a prática da liberdade só encontra adequada expressão numa pedagogia em que o oprimido tenha condições de reflexivamente, descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica. Nesse sentido, ele entende que o diálogo leva o indivíduo a aprofundar-se na realidade social e econômica por meio de um processo reflexivo. Portanto, a reflexividade torna-se a raiz da objetivação. Em sua específica definição,

As consciências não se encontram no vazio de si mesmas, pois a consciência é sempre, radicalmente, consciência do mundo. O monólogo, enquanto isolamento, é a negação do homem; é fechamento da consciência, uma vez que consciência é abertura. O diálogo fenomeniza e historiciza a essencial intersubjetividade humana; ele é relacional e, nele, ninguém tem iniciativa absoluta. Os dialogantes "admiram" um mesmo mundo; afastam-se dele e com ele coincidem; nele põem e opõem-se. O diálogo não é um produto histórico, é a própria historicização. É ele, pois, o movimento constitutivo da consciência que, abrindo-se para a infinitude, vence intencionalmente as fronteiras da



finitude e, incessantemente, busca reencontrar-se além de si mesma. O isolamento não personaliza porque não socializa. Intersubjetivando-se mais, mais densidade subjetiva ganha o sujeito. (FREIRE, 1982, p11).

Assim, a conscientização ao se expressar na forma de aprofundamento da tomada de consciência determina por seus objetivos, que o indivíduo ao aprofundar-se na realidade, conhecendo-a criticamente, assuma uma consciência crítica da mesma se empenhando em tornar mais humana esta realidade na qual e com a qual ele vive através de seus atos e experiências.

A conscientização como instrumento de conhecimento e reconhecimento de uma determinada realidade torna-se, portanto, o dado basilar que encaminha o indivíduo à transformação de sua realidade e o enseja a libertar-se da opressão. Portanto, o objetivo da disciplina é de realizar um amplo debate socio-histórico, no sentido de potencializar as ações político-culturais dos educandos e dos educadores do PVNC, ou seja, viabilizar a produção de subjetividades na luta por democracia e justiça social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das ações dos movimentos sociais ao longo do tempo, especialmente o movimento negro e dos movimentos populares, em especial, o PVNC, podemos perceber, que as políticas de ações afirmativas, trouxeram em seu bojo um meio de possibilitar a igualdade de oportunidades, o respeito e a valorização da cultura afro-brasileira, a afirmação da identidade, oportunizando a inclusão da população negra nos diversos espaços sociais, tendo em vista que esta população representa a maioria da população brasileira e, principalmente, o reconhecimento de um passado cruel e opressor deve ser revertido se a sociedade brasileira quiser alcançar, de fato, a democracia racial.

Neste particular, podemos apontar que a passagem pela universidade, além de ampliar o capital cultural oferecendo melhores oportunidades de ingresso na esfera do trabalho, amplia também o capital social, abrindo avenidas de oportunidades que normalmente estariam fechadas para os indivíduos da população negra. Tais oportunidades, que são de naturezas distintas, além de permitirem a ampliação do capital econômico, ajudam a garantir direitos sociais, contribuindo fortemente para a conquista da cidadania. Por este aspecto, pode-se dizer que as ações dos movimentos sociais, especialmente as do movimento negro, têm ampliado os direitos de cidadania



dos indivíduos da população negra, ou seja, vem atuando como uma poderosa ferramenta no processo de Afrocidadanização.

6- REFERÊNCIAS

BALIEIRO, Fernando de Figueredo. **Aspectos Antropológicos e Sociológicos da Educação**. UniSEB e Editora Universidade Estácio de Sá, 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 5 de out. 1989. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 09 fev. 2024.

_____. Decreto-Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Publicado em 30.08.12. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 05 mar. 2024.

_____.GOV.BR. Agência IBGE Notícias. **Pretos ou pardos estão mais escolarizados, mas desigualdade em relação aos brancos permanece**. Publicado e atualizado em 13/11/2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25989-pretos-ou-pardos-estao-mais-escolarizados-mas-desigualdade-em-relacao-aos-brancos-permanece>. Acesso em: 07 mar. 2024.

CASTELLS, Manuel, 1942 – **O poder da identidade**/ Manuel Castells; tradução Klauss Brandini Gerhard. – (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.2). EDITORA PAZ E TERRA S/A., 2008.

CIZOTO, Sonelize Auxiliadora; DIÉGUEZ, Carla Regina Mota Alonso; PINTO, Rosângela de Oliveira. **Homem, cultura e sociedade**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A. 2016. p. 185-236.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. **Série assistente social no combate ao preconceito**. Caderno 3 /// racismo. Ed. Serra Dourada, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1982.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação** / Nilma Lino Gomes. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GUIMARÃES, Reinaldo da Silva. **Afrocidadanização: ações afirmativas e trajetórias de vida no Rio de Janeiro**: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Selo Negro, 2013.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O sortilégio da cor: identidade raça e gênero no Brasil** / Elisa Larkin Nascimento. – São Paulo: Summus, 2003, p.40.

OLIVEIRA, Pricilla Rodrigues de A. A instrumentalidade do Serviço Social – A Arte como Intervenção Emancipatória e Instrumento Inovador para o Trabalho do (a) Assistente



Social. **Monografia** (Graduação em Serviço Social) Universidade de Brasília, Brasília – DF, 2011.

PVNC. Cartas de princípios, 1999.

SILVA, Luciene Gustavo. CAPOEIRA: instrumento Alternativo para fomentar a Afrocidadanização na perspectiva do Serviço Social. – **Monografia** (Graduação em Serviço Social) Centro Universitário Anhanguera – Niterói. - Novas Edições Acadêmicas, 2019.

VASCONCELOS, Maria Drosila. Pierre Bourdieu: A herança sociológica. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, Nº 78, Abril/2022, p.79.